

# **OS RUMOS DA FNA FACE AOS NOVOS DESAFIOS**

---

Plataforma para a gestão 2011/2013 da FNA

## **CRESCER, POLITIZAR E REAFIRMAR A CUT**

Avançando na formação sindical e na gestão democrática da FNA

## **CHAPA UNIDADE E PARTICIPAÇÃO**

---

### **INTRODUÇÃO**

---

O XXXIII Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos e Urbanistas teve como marca o fato de ser o primeiro ENSA pós-colapso da economia global - a mais grave crise econômica e financeira do capitalismo mundial desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. A crise atual da poderosa “locomotiva” do consumo e da economia internacional, os EUA, embora somente reconhecida oficialmente em setembro de 2008, teve como uma de suas origens o “mercado imobiliário” norte americano e seus derivativos. Havia muito tempo que isso era prenunciado pelas grandes corporações financeiras, apesar do fato de estas mesmas corporações terem continuado a vender a fantasia do dólar fácil como solução “milagrosa” (tanto quanto especulativa) para a manutenção do padrão de consumo farto. No momento, se por um lado a recuperação norte americana encontra-se em patamares muito inferiores ao esperado pelo mercado, por outro, a crise deslocou seu centro para a Europa, com o colapso das economias da Grécia, Hungria, Espanha, Portugal e mais recentemente com o avanço para a Inglaterra e a Alemanha. Essa circunstância levou a Europa a anunciar a criação de um fundo de €440 bi para fazer frente à crise anunciada além de um amplo pacote de redução de benefícios sociais e demissões de servidores públicos. Neste cenário de ampliação da crise global, o Brasil pode não passar incólume, e, para traçarmos nossas ações sindicais para o futuro, devemos entender como a economia globalizada e os reflexos da crise financeira mundial poderão se abater sobre nossas vidas. Desta forma, as conjunturas internacional e nacional são temas obrigatórios para os debates dos trabalhadores e suas organizações para construir instrumentos de luta política e sindical eficientes para os embates do futuro próximo.

# **1 - O MUNDO GLOBALIZADO NO CENÁRIO DE CRISE**

---

## **1.1 - ASPECTOS GERAIS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL**

1.1.1 - Em passado recente, a mobilização dos movimentos sociais conseguiu dar respostas às políticas neoliberais dos organismos internacionais, como FMI, OMC, Banco Mundial, BID, entre outros. No Brasil, a forte mobilização popular liderada pela CUT impediu a consolidação da ALCA. A ascensão de lideranças do campo oposto ao neoliberalismo em diversos países, incluindo a América Latina, foi a resposta popular para se contrapor à saga predatória do neoliberalismo e o seu modelo econômico de capitalismo globalizado. A bem da verdade, o modelo econômico vigente evidenciou que nem sempre o crescimento da economia pode estar associado à geração de emprego, renda e bem estar social. Paradoxalmente, o período pré-crise foi precedido pelo crescimento da produção das grandes corporações sem a devida ampliação dos postos de trabalho ou aumento significativo da massa salarial dos trabalhadores, indicando claramente o uso da tecnologia a serviço da acumulação de capital.

1.1.2 - Nos EUA, a ascensão de Barack Obama no Partido Democrata surpreendeu os setores mais conservadores do próprio Partido, que apostavam na vitória de Hillary Clinton nas prévias. A desastrosa gestão de George Bush implantou os princípios neoliberais no seu limite máximo, ao ponto de promover as suas guerras pela hegemonia econômica global com exércitos terceirizados, contando com tropas maiores do que as forças armadas de muitos países. O fracasso da teoria neoliberal de auto-regulamentação absoluta do mercado em todos os níveis, como única alternativa para a geração de emprego e renda para os trabalhadores, imputou ao Partido Republicano uma grande derrota eleitoral. No entanto, embora carregada de simbolismos da chegada de uma nova era, a vitória de Barack Obama representou mais a insatisfação da forte classe média norte americana com os rumos da política econômica republicana do que o surgimento de uma nova consciência política e/ou social. Parcialmente, superados os piores momentos da crise global, no qual o Congresso norte americano apoiou o maior derrame de recursos públicos da história do capitalismo para salvar grandes corporações, a resposta da maior economia mundial ainda é muito aquém das expectativas geradas, além de haver uma desconfiança generalizada do discurso oficial de que a crise foi debelada. Entretanto, com pouco mais de um ano de mandato, internamente a popularidade de Obama já começa a apresentar um nível de desgaste preocupante, acompanhado de dificuldades na aprovação de projetos decorrentes de promessas de campanha no Congresso, como foi o caso da universalização dos serviços de saúde, numa clara sinalização de que o conservadorismo, embora fracassado nas eleições presidenciais, mantém suas estruturas de poder sob controle. De fato, por não ter havido uma intervenção estrutural, a ameaça de recrudescimento da crise ainda não pode ser totalmente afastada. Mais recentemente, com o apoio dos setores mais conservadores do congresso, o governo norte americano conseguiu aprovar uma legislação que permite ter um maior controle sobre as operações financeiras de Wall Street como fórmula para evitar um colapso da economia mundial. Entregam-se os anéis para não perder os dedos.

1.1.3 - Podemos afirmar que a crise do capital financeiro expõe as contradições do modelo econômico vigente, em cujo os lucros são divididos por poucos e os prejuízos por toda a sociedade. Caso não haja pressão da classe trabalhadora mundial, aliada aos movimentos sociais, pela construção de um novo modelo econômico, veremos a legitimação da recuperação financeira do capital especulativo com recursos públicos garantidos em todos os continentes através da socialização da crise e das suas nefastas conseqüências. Desta forma, a solidariedade dos trabalhadores aos governos democráticos e populares e antineoliberais que

tiveram a percepção de que a crise é estrutural e sistêmica, é uma tarefa concreta das forças progressistas para impedir soluções que somente penalizam os trabalhadores assalariados: demissões em massa, aumento da jornada de trabalho e redução salarial, sempre associadas às medidas de flexibilização e precarização das relações de trabalho. Ou seja, é imperativo mobilizar a sociedade contra o financiamento público da crise pelos Estados nacionais, sem que haja contrapartidas que visem garantir os níveis de emprego, a valorização do trabalho, a redistribuição de renda e a ampliação da organização e participação fiscalizadora da sociedade civil. No entanto, também é necessário ter clareza de que esta solidariedade não pode se traduzir em apoio incondicional e orgânico a nenhum governo, mas sim, e antes de tudo, em um posicionamento crítico, construtivista e conjuntural, de forma a garantir avanços para os trabalhadores e para a sociedade, com a preservação incontestada da autonomia e independência das entidades classistas dos trabalhadores como princípios inalienáveis das organizações sindicais.

1.1.4 - Por outro lado, a aliança com os movimentos sociais deve ser estreitada, através de uma agenda capaz de garantir a realização de ações conjuntas e, desta forma, dar maior visibilidade e poder de pressão junto aos governos. Neste sentido, pela sua repercussão no cenário internacional, o Fórum Social Mundial foi um importante instrumento de resistência às políticas neoliberais globalizantes, o qual deve continuar sendo fortalecido por reunir expressivas forças dos movimentos sociais do mundo inteiro sob a bandeira de que **“Um outro mundo é possível”**. Mais recentemente, os movimentos sociais brasileiros deram uma importante demonstração de capacidade organizativa e de formulação política concreta ao organizar, em tempo recorde e com poucos recursos, o Fórum Social Urbano como resposta ao Fórum Urbano Mundial, cujas mesas temáticas e debates apenas contemplavam as proposições de políticas públicas articuladas sob o ponto de vista oficial de governos pouco comprometidos com a inclusão social e urbana. Neste cenário, a CUT aponta para uma maior articulação junto à Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS, reforçando sua presença nesta aliança estratégica na construção de um projeto de nação. **“Mobilizar o povo para impedir o retrocesso, ampliar as conquistas e aprofundar as mudanças”** é o desafio que se coloca para a sociedade e, em especial, para a classe trabalhadora.

## **1.2 - ASPECTOS GERAIS DA CONJUNTURA NACIONAL**

1.2.1 - No Plano nacional, o governo brasileiro acertou mais do que errou nas formas de combater os efeitos da crise, a despeito de toda pressão da mídia e de amplos setores conservadores nacionais. No campo das relações comerciais internacionais, desde o primeiro mandato, o governo Lula vinha ampliando e diversificando as parcerias comerciais, ficando menos dependente da força consumidora dos EUA. Internamente, o fim da política de Estado Mínimo, a ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e em políticas públicas e sociais, o resgate do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento, a valorização real do salário mínimo, o diálogo e negociações com as entidades representativas dos trabalhadores do setor público e o fortalecimento das entidades sindicais e dos movimentos populares foram importantes instrumentos que contribuíram para que a crise não tivesse os mesmos efeitos devastadores observados em outros países. No entanto, o financiamento público de empresas privadas careceu de exigências mais ousadas, por parte do governo, tais como garantias de contrapartidas voltadas para a geração de emprego e renda, bem como da apresentação de projetos de responsabilidade social e ambiental pelas empresas beneficiadas.

1.2.2 – Por outro lado, percebemos avanços de propostas neoliberalizantes em alguns Estados, a exemplo de São Paulo, onde o governo do Estado conseguiu aprovar uma lei que permite a privatização do SUS através da contratação das chamadas “Organizações Sociais” – “OS’s” e

no Rio de Janeiro, onde o governo também aprovou uma lei semelhante que permite ao Estado contratar as “OS’s” para gerir órgãos públicos nas áreas de saúde, educação, cultura, meio ambiente, esporte, ciência e tecnologia. Com isso, avança o processo de privatização de serviços públicos essenciais para a população e a terceirização da mão-de-obra, com a conseqüente precarização das relações de trabalho, exemplos que já encontram seguidores entre outros Municípios e Estados brasileiros, como na Prefeitura do Rio de Janeiro e nos governos do Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Minas Gerais. Logo, a disputa pela ampliação do orçamento público para políticas públicas universais e prestação de serviços essenciais à população é mais um desafio colocado na ordem do dia da classe trabalhadora e dos movimentos populares como parte desta agenda de ações conjuntas.

1.2.3 - Os segmentos mais conservadores da sociedade continuam articulados política e financeiramente, através de suas representações no Congresso Nacional, no Executivo, no Judiciário e nos controles dos meios de produção, de prestação de serviços e de comunicação de massas. Daí podermos prever que a disputa tende a ser acirrada entre estes setores e os segmentos dos movimentos sociais e sindicais pela hegemonia na formulação e alocação de recursos necessários à implementação das políticas públicas. No campo popular e sindical, a agenda comum também deve contemplar a necessidade de se avançar na construção de uma política de reformas agrária e urbana, com assistência técnica gratuita e financiamento público, como alternativas à concentração de terras, à evasão do campo e à especulação imobiliária do solo urbano, que alimentam o conflito fundiário e formam as principais fontes geradoras do déficit habitacional brasileiro. A verdadeira democracia não será possível enquanto predominarem as fontes de poder e influência político-institucional destes setores, que representam o verdadeiro atraso político, cultural, social, ambiental e econômico brasileiro. A aprovação da Lei da Ficha Limpa foi um passo importante para iniciar o desmonte desta estrutura, mas ainda tímido para garantir a ética na política e impedir a promiscuidade nas relações entre Estado e Capital.

1.2.4 - É inegável que os dois mandatos sucessivos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, através dos diversos programas sociais do governo federal, efetivamente contribuíram para amenizar os graves impactos da recessão e/ou estagnação mundiais, principalmente, junto às classes sociais mais desfavorecidas. Entretanto, tais programas federais, embora auxiliem positivamente a luta diária pela sobrevivência de milhões de cidadãos brasileiros, não são suficientes para enfrentar o novo cenário internacional de grandes disputas comerciais e crescentes desafios macroeconômicos. A inserção das mercadorias produzidas no país, no comércio internacional, no âmbito das trocas de produtos e serviços com maior valor agregado, é um dos elementos chave do desenvolvimento econômico e social. Para tanto, os investimentos em educação e formação para os jovens e em alternativas de geração de renda para adultos e idosos devem ser pautados como formas efetivas de o país promover a inclusão cidadã e como “porta de saída” digna para essa parcela da sociedade que sobrevive dos programas sociais. Neste sentido, devemos ter clareza de que as políticas sociais aplicadas atualmente nada têm de paternalistas e, sim, formam um rol de políticas públicas de caráter indenizatórias para parcela da população cuja ausência secular do Estado levou ao estado de miséria e necessidade em que se encontram.

1.2.5 - Podemos considerar que, dentre os países emergentes e desenvolvidos, o Brasil foi um dos países que absorveu com menores danos aparentes os impactos advindos desta gigantesca “bolha-onda” que evaporou de dezenas de trilhões de dólares aplicados nos mais diversos mercados financeiros de todo o planeta e que, também, vem apresentando uma rápida recuperação face ao ritmo de nosso próprio desenvolvimento econômico, decorrente das ações do governo federal. Se em 2009 o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi

consideravelmente distante das previsões mais otimistas e das nossas crescentes necessidades e demandas sociais básicas, o ano em curso (2010) aponta para um crescimento recorde, levando os setores financeiros a pressionar o governo federal por novas altas nas taxas de juros praticadas, sob o velho e aterrorizador argumento da ameaça da volta da inflação.

1.2.6 - Embora os níveis de emprego e renda dos trabalhadores brasileiros venham sendo paulatinamente recuperados, a qualidade destes postos de trabalho e o nível médio dos salários e dos demais benefícios e vantagens sociais indiretos, componentes da sua remuneração, continua sendo consideravelmente abaixo do que aqueles praticados na média dos países desenvolvidos, evidenciando que ainda teremos muitas lutas pela melhoria das relações de trabalho e pelo reconhecimento do seu valor social. Desta forma, devemos manter a firme convicção de que é necessário superar e romper com as lógicas flexibilizadoras implementadas pelos governos Collor e FHC e com as sucessivas tentativas de viabilizar as OS's e as Pessoas Jurídicas de Personalidade Única, ampliando as lutas pela consolidação das políticas de inclusão social e geração de emprego e renda para suprir a demanda espontânea gerada pelo ingresso de milhões de jovens no mercado de trabalho anualmente. Neste sentido, a FNA deve buscar ampliar o debate sobre o Trabalho Decente e o Direito à Cidade na CUT, tema da oficina conjunta realizada com a OIT e CSI no V Fórum Urbano Mundial. Cabe ressaltar que a campanha pelo Trabalho Decente - proposta pela CUT - será uma articulação com as Federações filiadas daquelas categorias profissionais consideradas mais atingidas, que não avança em outros debates necessários. Desde já, defendemos que a campanha do Trabalho Decente seja uma articulação da CUT com a OIT, em todas as cidades com obras relacionadas à copa, com participação dos ramos da CUT e especialmente das entidades sindicais que têm conselheiros no Conselho Nacional das Cidades: FNU, FISENGE, CNTT, e outras.

## 2 - A CUT NO CENÁRIO DA CRISE

---

2.1 - A aliança com setores conservadores, em nome da governabilidade, expôs as contradições internas da coalizão gestada pelo governo federal, resultando em conflitos com uma das suas principais bases sociais organizadas - o movimento sindical - e, em especial com a Central Única dos Trabalhadores – CUT. A aprovação da reforma da Previdência e da Lei de Falências representou uma grande derrota dos trabalhadores no primeiro mandato do governo Lula. Ao fim deste segundo mandato, a CUT continua lutando pela aprovação da redução da jornada de trabalho e do fim do Fator Previdenciário, que embora aprovado pelo Congresso, provavelmente será vetado pelo governo. Ainda não foi possível barrar a tramitação do Projeto de Lei que cria as fundações estatais de direito privado, que precarizam as relações de trabalho, e não foi aprovada a Reforma Sindical que tanto consumiu esforços e mobilização dos trabalhadores nos últimos anos. Não foram revertidas as questionáveis privatizações de empresas estratégicas para o desenvolvimento nacional e até o Ministério das Cidades, importante do ponto de vista estratégico da formulação de políticas públicas mais abrangentes, sofreu um duro golpe com o afastamento de importantes formuladores de políticas públicas, o que impediu avanços mais significativos nas áreas de habitação, saneamento e regularização fundiária.

2.2 - Ainda assim, a maior Central de Trabalhadores da América Latina atuou como importante instrumento a serviço da defesa dos interesses de todos os trabalhadores brasileiros diante do cenário de crise econômica que aqui se instalou no ano passado e, através da CSI (Confederação Sindical Internacional) e da CSA (Confederação Sindical das Américas), instrumentos concretos de construção do novo internacionalismo sindical mundial, está presente nas lutas de todos os trabalhadores do mundo. A CUT teve atuação decisiva, como contraponto às pressões de amplos segmentos conservadores, para que o governo não recuasse nos investimentos públicos em infra-estrutura, nas políticas sociais, na recomposição do Estado e na recuperação do poder de compra do salário mínimo. Delimitou o seu campo político ao se recusar a negociar a redução de salários e direitos como formas de superação da crise econômica, intensificando as mobilizações contra as demissões, contra a terceirização dos trabalhadores, a favor da ampliação do nível de emprego - através das campanhas “**Precarizar Não!**” e “**Reduz pra 40 que o Brasil aumenta**” - e contra o investimento público em empresas privadas que não respeitam direitos trabalhistas.

2.3 - No importante segmento dos servidores públicos, foram as ações e mobilizações contínuas lideradas pela CUT que levaram à aprovação da Convenção 151 da OIT pelo Congresso Nacional (Decreto Legislativo 206/2010), garantindo o direito à negociação coletiva para os servidores públicos, que ainda assim carece de regulamentação. E partiu das bases CUTistas, o processo de construção da unificação das lutas com os movimentos sociais e as demais centrais sindicais do país. O X CONCURT (realizado de 3 a 7 de agosto de 2009) colocou para a nossa Central o desafio imediato de liderar a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país que seja efetivamente democrático, republicano, popular e participativo, visando a transformação da sociedade rumo ao socialismo, como forma de superar o neoliberalismo e suas crises sistêmicas. Como resultado deste esforço, a CUT elaborou o documento “**PLATAFORMA DA CUT PARA AS ELEIÇÕES 2010 – Jornada Pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho**”, em cuja formulação a FNA teve participação. Reafirmar os pressupostos CUTistas de independência sindical e de democracia na base nos remete ao compromisso de participar dos debates, da elaboração e apresentação deste projeto que contempla as principais lutas sindicais e populares e deve servir como instrumento fundamental para a unidade da classe

trabalhadora nas eleições deste ano, tanto presidencial quanto para governadores, deputados e senadores.

2.4 - Se por um lado, a CUT deve apoiar as diversas iniciativas governamentais, nos níveis federal, estaduais e municipais, de fomento e/ou estímulo à elaboração de projetos e execução de infra-estruturas, equipamentos e serviços públicos nas cidades e no campo, por outro deve endurecer nas críticas e se contrapor, numa perspectiva construtiva, à alocação de vultosos recursos públicos destinados a financiar o capital privado a juros subsidiados. Para mudar esta lógica, a luta pela democratização e transparência dos mecanismos de decisão do Estado deve constar como uma meta a ser conquistada e, portanto, deve ser integrada à agenda das organizações dos trabalhadores. Se a democracia participativa deve ser entendida como estratégica para a construção de um projeto democrático e popular, a aliança com os movimentos sociais e populares é fundamental para avançarmos nesta direção e acumularmos as forças necessárias para as transformações estruturais da sociedade. Neste contexto, as deliberações do X CONCURT, nas quais estão pontuadas importantes frentes de luta e mobilização, devem ser amplamente reproduzidas, divulgadas e adotadas como princípios norteadores para a atuação dos nossos sindicatos de base. Dentre estas deliberações, devemos destacar algumas, que por serem objetos da pauta central da **VI Marcha da Classe Trabalhadora**, realizada em novembro de 2009, em Brasília, devem ser, no mínimo, objeto de manifestação imediata de apoio da FNA:

- Pela aprovação da PEC 231/95, que reduz a jornada de trabalho sem redução de salários e aumenta para 75% o valor da hora extra;
- Pela aprovação do PL 01/2007, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023;
- Pela ratificação da convenção 158 da OIT que inibe a demissão imotivada - principal fator da rotatividade e queda do nível de renda do trabalhador assalariado;
- Pela regulamentação da Convenção 151 da OIT;
- Pela retirada dos PLs da Terceirização (4302/98 e 4330/04), que precarizam as relações de trabalho, e pela aprovação do PL 1621/2007, de autoria da CUT;
- Pela aprovação da PEC 438/2001 – que estabelece a pena de perda da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo (expropriação de terras), revertendo a área ao assentamento dos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba.
- O Pré-Sal é nosso – que os recursos do pré-sal fiquem nas mãos do povo brasileiro e sejam utilizados para ampliar os investimentos no desenvolvimento nacional, com mais recursos para a saúde, educação, reformas agrária e urbana, meio ambiente, ciência e tecnologia.

Obs: A convenção 151 da OIT, que garante o direito à negociação coletiva para os servidores públicos, e que também constituía a pauta da Marcha, foi enviada pelo Presidente Lula em 2008 ao Congresso Nacional e foi aprovada em abril de 2010 pelo Senado, como Decreto Legislativo 206/2010. No entanto, ainda falta regulamentar os seus artigos;

2.5 – No atual cenário da legislação trabalhista brasileira, o reconhecimento das centrais sindicais pelo governo representa um avanço na estrutura de representação da classe trabalhadora, as quais passam a ter a prerrogativa de representação das suas bases em todas as instâncias de discussão de assuntos de interesse dos trabalhadores. No entanto, embora a CUT tenha sido protagonista neste processo durante as negociações no Fórum Nacional de Trabalho, o reconhecimento das centrais sindicais trouxe o paradoxo de também favorecer o surgimento de centrais oportunistas, cuja única lógica é disputar os recursos oriundos do

imposto sindical. Neste sentido, **REAFIRMAR A CUT** é apostar na concepção de um sindicalismo combativo, democrático, participativo, livre e soberano e na composição de um bloco social e político que tenha na participação ativa da classe trabalhadora a força transformadora da sociedade. É oportuno lembrar que é a concepção sindical que define a prática e os valores políticos que regem a ação cotidiana dos sindicatos. Mas é a formação política de seus militantes e dos seus trabalhadores que fará a diferença qualitativa e transformará as conquistas em forças mobilizadoras para novos desafios, construindo movimentos em torno de campanhas e ações políticas em defesa de direitos da classe trabalhadora e da sociedade em geral, com unidade forjada em torno de programas políticos e não de maneira pontual e pragmática. Embora tenhamos tido grandes avanços na construção de uma sociedade menos desigual, ainda há muito o que conquistar nos embates futuros. Pelo exposto, não custa lembrar que a tese apresentada no XXXI ENSA (SARJ/2007), ao diagnosticar o avanço do modelo neoliberal, já afirmava:

*“Trata-se de um projeto político e econômico, no qual a concepção de Estado não contempla a participação popular e dos trabalhadores nas esferas de decisão. Resistir e ampliar a ação política dos Sindicatos, das Federações, das Confederações e da CUT é tarefa fundamental na disputa por um projeto político de sociedade inclusiva, democrática, participativa e popular, com vistas à construção de um Estado socialista e democrático. Para tanto, é necessário **avançar na formação política** dos quadros sindicais, qualificando seus dirigentes para os embates que se aproximam e que exigirão consistente e firme base teórica e ideológica para os confrontos em defesa dos interesses dos trabalhadores e da sociedade.”*

### **3 – ARQUITETOS E URBANISTAS NO BRASIL – Considerações Gerais**

---

3.1 - Foi no começo do século XX que a profissão de arquiteto ganhou força no Brasil, com a instalação dos primeiros cursos de arquitetura. De lá para cá, a profissão do arquiteto foi ganhando espaços em todas as áreas e, recentemente, com a criação do Ministério das Cidades, as ações profissionais do arquiteto e urbanista ganharam força com os trabalhos do campo da reforma urbana, em especial os de planejamento urbano, habitação e mobilidade.

3.2 - Com o crescimento econômico brasileiro, a profissão tem sido destacada como elo de ligação com a produção nacional, em especial para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que reservou recursos para serviços e obras de infra-estrutura, que, há décadas, não recebiam aporte financeiro para sua execução. Com isso, ganham todos, especialmente as profissões ligadas aos processos produtivos em obras e serviços de engenharia. O arquiteto e urbanista faz parte desse campo e nesse momento, quando mais de 14 milhões de trabalhadores nos últimos 8 anos, ingressaram no mercado de trabalho brasileiro, uma parcela desse montante é de arquitetos e urbanistas, especialmente no setor público.

3.3 - O quadro brasileiro demonstra a necessidade de incorporar aos serviços do arquiteto e urbanista brasileiro, novas frentes de trabalho que, certamente, irão dinamizar inclusive a formação acadêmica dos jovens arquitetos, com a assistência técnica à habitação, serviços de regularização fundiária, serviços em patrimônio, dentre outros.

3.4 - Nesse fim, a FNA deve atentar para os espaços de trabalho que se abrem e com eles, a possibilidade de lutar por um trabalho digno e de remuneração justa, face ao crescimento brasileiro e da atividade profissional.

3.5 - Os 124 países associados à União Internacional de Arquitetos – UIA, em 2009, indicavam haver mais de 1,3 milhão de arquitetos no mundo, naquele ano. O Japão ainda é o país do mundo com a maior quantidade de arquitetos (307 mil), seguido pela Itália com 112 mil e os Estados Unidos, com 102 mil. O Brasil está, em quarto lugar, com 80 mil profissionais.

3.6 - Desse total, em termos percentuais, 57% residem na região Sudeste, 22% na região Sul, 11% na região Nordeste, 7% na região Centro-Oeste e 3% na região Norte. Ou seja, quase 80% dos arquitetos e urbanistas brasileiros residem nas regiões sul e sudeste, que comportam os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Essa concentração de profissionais nas regiões mais ricas do Brasil rebate com os dados de renda familiar, índices de desenvolvimento humano e indicadores diversos.

3.7 - A par disso, dados da ABEA e FENEA, indicam que 8.500 novos arquitetos e urbanistas formam-se anualmente nas mais de 220 escolas de arquitetura e urbanismo do país. Pesquisa realizada em janeiro de 2008 pela Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda - CP2, indicava os seguintes dados para os arquitetos brasileiros:

- 40% tinham especialização dentro da área de formação e outros 14% tinham mestrado e doutorado;
- 62% atuavam em apenas um posto de trabalho enquanto outros 24% tinham dois postos de trabalho;

- 22,5% da categoria definiram que sua atividade/ocupação principal era empregado com vínculo, 21% eram empresários e a maioria de 49% exerciam a profissão como autônomos ou profissionais liberais. Cerca de 4% eram professores e por volta de 3% servidores públicos;
- No exercício da profissão, a pesquisa aponta que 49,4% atuavam no setor da construção civil em todas as fases; 21% em urbanismo; 16% em arquitetura de interiores e 1,3% em paisagismo;
- A frequência da idade indicava que 25% tinham até 29 anos; 30% de 30 a 39 anos; 22% de 40 a 49 anos e com mais de 50 anos o restante com 23%;
- A renda média mensal individual declarada dos arquitetos brasileiros está na faixa de 5 a 10 salários-mínimos sendo que esse intervalo detém 44% do total; aqueles com renda menor de 5 SM eram de 19% e maior que 10 SM eram de 29%. Declarados sem renda eram 8%.

3.8 - Em outro trabalho elaborado sob a coordenação do arquiteto Alberto Kirchmayer do Espírito Santo, Conselheiro do CREA-ES, nos mostra os indicadores de número de arquitetos e urbanistas em relação ao número de habitantes: o país tem uma média de 2.426 habitantes para cada profissional. Os Estados com proporções abaixo dessa são Rio de Janeiro, com 1.200; Rio Grande do Sul, com 1.285; Distrito Federal, com 1.333; São Paulo, com 1.615; Santa Catarina, com 2.013; Paraná, com 2.067 e Mato Grosso do Sul, com 2.157. Os demais estados da federação têm média superior à do país, chegando ao caso do Maranhão, que tem 15.852 habitantes para cada arquiteto ou da Bahia, com 6.152.

3.9 - Diante desse quadro, a FNA deve articular suas ações sindicais com foco apontado para os detalhes dos dados aqui relatados:

- Para os 22,5% dos profissionais que têm vínculo empregatício, uma ação salarial e de valorização profissional que resgate a auto estima do arquiteto e urbanista em função de baixos salários pagos em diversos setores, principalmente o setor público municipal, estadual e federal;
- Para os 49% que trabalham como autônomos, a FNA deve articular ações de capacitação profissional, nas modalidades presenciais e a distância, com o fim de prestar serviços informacionais com novos processos para o exercício profissional além de ações de defesa e proteção dos serviços com assessoramento geral, principalmente o jurídico;
- Para os jovens (55% dos profissionais têm até 39 anos), uma ação de proteção aos empregos e serviços profissionais, com campanhas de valorização específica que traduzam as necessidades profissionais;
- Aos profissionais que se dedicam ao trabalho em urbanismo (21%), informações novas, oriundas dos diversos Ministérios que atuam no espaço urbano, compilando material, e da divulgação de um Manual para os Serviços de Urbanismo no Brasil.

## **4 - A FNA E AS LUTAS HISTÓRICAS DOS ARQUITETOS E URBANISTAS**

4.1 - A FNA teve grandes conquistas em diversas frentes, as quais já foram exaustivamente apontadas nos últimos ENSAs, mas que fazemos questão de resgatar, tais como:

- participou de todos os FMSs de forma articulada desde 2001;
- atuou com destaque, junto com os seus Sindicatos filiados, nos processos de organização das Conferências das Cidades desde 2003;
- tem reconhecida atuação no Conselho das Cidades;
- está à frente na luta pela implantação da Lei 11.888/2008;
- está presente nas discussões do Fórum Nacional de Reforma Urbana;
- foi atuante na campanha do Plano Diretor Participativo;
- ampliou o número de Sindicatos Estaduais;
- implantou Delegacias Sindicais em Estados nos quais ainda não existem sindicatos;
- participou junto à CUT na elaboração dos debates das Jornadas pelo Desenvolvimento;
- construiu e coordena o Ramo das profissões liberais, participando do Secretariado Nacional da CUT;
- é incansável na luta pela aprovação do CAU, sendo a entidade líder na discussão conceitual e na formulação de propostas para implantação do nosso Conselho próprio, entre outras conquistas.

4.2 – A FNA é protagonista no processo de condução do Projeto do CAU rumo à sua aprovação, tendo sido responsável por um dos mais importantes e emocionantes momentos: a leitura da Carta de Oscar Niemeyer na audiência pública realizada pela CTASP, em agosto de 2009, na qual, ao se dirigir aos parlamentares brasileiros, Niemeyer manifesta incondicional apoio à criação do CAU. Ao confiar que o Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro - SARJ fosse o portador deste histórico documento e que a FNA fosse sua porta-voz no Congresso Nacional, Niemeyer demonstrou a sua confiança na força das entidades sindicais dos arquitetos e urbanistas brasileiros.

4.3 - Atualmente o PL do CAU está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados - CCJC, na qual recebeu uma emenda do relator do PL, Deputado Maurício Rands (PT/Pe). Esta emenda foi rejeitada por todas as Entidades Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas, por afrontar o princípio básico da unicidade e indissociabilidade profissional entre arquitetura e urbanismo, representando, desta forma, um grande retrocesso para a nossa luta de mais de 50 anos. Portanto, a palavra de ordem é mobilizar todas as forças possíveis para derrubar a emenda e avançar com a tramitação do PL para a Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a última Comissão antes da Lei ser sancionada pela atual ou pela futura Presidência da República.

4.4 – Neste momento, em que a FNA e as demais entidades nacionais estão mobilizadas em torno da conquista do CAU e em que se abrem diversas frentes de atuação em decorrência da retomada do crescimento econômico e melhoria da renda de significativas parcelas da população, torna-se urgente recuperar as informações cadastrais da categoria profissional, assim como promover pesquisas e estudos para avaliar as suas expectativas e as suas carências. Promover por ocasião da aprovação do CAU um censo geral da categoria e dar início imediato a pesquisas sobre suas diversas formas de inserção são medidas que contribuirão para tornar as entidades sindicais mais próximas da categoria.

4.5 - Mesmo trabalhando com um cenário mais positivo, ou seja, a aprovação do PL do CAU, como passo importante para a implantação do nosso Conselho próprio em nível Federal e nos

Estados, as entidades nacionais dos Arquitetos e Urbanistas ainda terão a importante missão de criar as condições favoráveis dentro do sistema CONFEA/CREAs para a transição dos Arquitetos e Urbanistas para o CAU, em clima de civilidade institucional e de zelo pelo interesse público. E parte importante deste compromisso caberá à FNA.

4.6 – As conquistas devem ser consolidadas e, em aliança com diversos segmentos da sociedade civil organizada, transformadas em alternativas de soluções e caminhos para que as cidades se tornem mais humanas. Que sejam passos firmes para a ampliação da atuação sindical e para contribuir na viabilização da inclusão urbana das populações marginalizadas, ampliando, ao mesmo tempo, o mercado de trabalho dos Arquitetos e Urbanistas. Assim, temas tais como as reformas agrária e urbana, acessibilidade universal, ampliação da assistência técnica pública e gratuita, regularização fundiária, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, dentre outros relacionados à garantia do direito à cidadania plena, são pautas importantes da FNA junto à sociedade civil. Neste sentido, devemos concentrar esforços na mobilização dos arquitetos e urbanistas para que tenham efetiva participação nestes debates. Por outro lado, algumas experiências isoladas realizadas em diferentes Estados, se associadas, podem potencializar ações objetivas de aproximação dos Sindicatos, profissionais e movimentos sociais. Como exemplo, podemos juntar as experiências de seminários de assistência técnica e de formação de cooperativas profissionais com ações coordenadas junto aos movimentos sociais.

4.7 – Porém, também temos o desafio, junto com os Sindicatos filiados, de tornar nossa inserção mais incisiva em temas específicos dos arquitetos e urbanistas. Neste contexto, campanhas de valorização profissional, acordos coletivos e o respeito ao salário mínimo profissional – SMP (Lei 4950 A/66) devem estar pautados permanentemente na ordem do dia, inclusive dentro do próprio sistema CONFEA/CREAs, no qual muitos Regionais não pagam o SMP e não respeitam a titulação profissional, nem o acervo técnico dos profissionais, tornando-se fontes de inspiração e péssimo exemplo para muitas empresas, públicas e privadas, que ainda relutam em cumprir a lei. A possibilidade de denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), em cada Estado da Federação, destes administradores públicos que relutam em cumprir a própria legislação ético-profissional e salarial vigentes não deve ser descartada. Neste eixo, a Federação deve tomar para si a iniciativa de defesa do SMP, inclusive ingressando na qualidade de “amicus curiae” na ADPF 171, do Governo do Estado do Maranhão, que questiona a constitucionalidade do SMP, e, onde couber, de conduzir a negociação de acordos, contratos e dissídios coletivos no âmbito nacional, suprindo as debilidades regionais, que, constatamos, não são apenas dos arquitetos e urbanistas, mas de grande parte das demais profissões liberais e do setor patronal em alguns casos, como as consultorias. De início, destacamos algumas campanhas importantes: Consultorias, Caixa Econômica Federal (incluindo os arquitetos terceirizados), Banco do Brasil, CBIC-Sinduscon, Sinaenco e celetistas das Prefeituras e Estados a nível nacional. Ainda no campo das questões específicas temos que lutar pela aprovação do PL 4.413/2008 e estar envolvidos na organização dos seminários de implantação do CAU Nacional e nos Estados, nos quais as relações com os CREAs e Governos Estaduais devem estar contempladas. Além dessas ações, ainda temos uma importante agenda parlamentar a ser cumprida com outras entidades sindicais e profissionais, da qual destacamos:

- lutar pela aprovação da PEC 02/2010, que tramita no Senado e que estende a aplicação da Lei 4950-A/1966 aos servidores públicos;
- debater o PL 6.463/2009, que define as anuidades dos Conselhos Profissionais;
- apoiar a aprovação da PL da Contribuição Sindical para as Profissões Liberais;
- lutar pelo arquivamento do PL 6.179/2009, que altera a Lei 7410, que criou a Engenharia de Segurança do Trabalho no Brasil;

- abrir o debate sobre o PL 7.607/2010, que transforma a arquitetura, a engenharia e a agronomia em carreiras típicas de estado;
- lutar pela real implantação de PL 484, do CONFEA.

4.8 – Cabe também registrar que a FNA teve visão estratégica ao manter a sua filiação à Confederação Nacional das Profissões Liberais - CNPL, optando por integrar a direção da Confederação com o objetivo de articular-se com as demais Federações na busca de uma maior aproximação com a CUT e na construção de políticas comuns. O reconhecimento do trabalho dos nossos representantes na CNPL se materializou com a eleição da representante da CNPL/FNA para o Conselho Deliberativo da CSI, desde julho de 2010, no congresso de Vancouver, devendo com essa representação inédita na história da FNA articular-se com os demais representantes brasileiros na CSI e na CSA, e ter como uma das suas tarefas mais importantes propor a inclusão dos temas urbanos e de moradia na pauta do movimento sindical internacional. Ter uma ação propositiva de referência fortalecerá o compromisso da FNA de organizar o ramo dos Profissionais Liberais na CUT e pavimentará os caminhos para termos uma Confederação CUTista de Profissionais Liberais até 2013.

4.9 – Devemos reafirmar o compromisso da FNA na busca da construção da contribuição negocial (bandeira da CUT), na qual os sindicatos têm de prestar contas aos trabalhadores dos recursos recebidos, assim como efetivamente efetuar negociações em benefício da categoria. No entanto, dentro da nossa própria Central temos que debater e ampliar o entendimento do que vem a ser negociação para as categorias liberais, que em muito ultrapassa a simples disputa por melhores condições de trabalho e melhores salários, e as suas relações com os sindicatos e federações majoritárias no campo das negociações coletivas. Pelas nossas especificidades, enquanto não avançarmos neste entendimento, a contribuição negocial para os PL's estará prejudicada. Para que não haja prejuízo para as demais categorias profissionais CUTistas enquanto não temos uma definição de consenso, propomos que a Central se comprometa a apoiar a tramitação no Congresso de um Projeto de Lei que altere a CLT para garantir a Contribuição Sindical diferenciada para as profissões liberais, de forma a garantir a sobrevivência financeira destas entidades e a defesa de seus interesses específicos. Para tanto, temos a responsabilidade de nos organizar com as demais categorias de PL's na CUT para participarmos do próximo processo de alteração estatutária da CUT, como forma de garantir que nossas especificidades enquanto sindicatos de profissões liberais sejam contempladas.

4.10 – Diante do quadro eleitoral em curso, os Sindicatos e a FNA devem definir uma ação estratégica para influenciar os rumos das políticas estaduais e nacionais que envolvam o desenvolvimento social e econômico, sem descuidar da sua especificidade enquanto organização sindical. Garantir a autonomia e a independência da FNA em relação às ações de governo, ou de quaisquer grupos de interesse, é preservar a sua capacidade de análise crítica para apoiar e propor aperfeiçoamentos às medidas e propostas que tragam avanços na organização e na eficiência técnica e social das políticas, planos e programas de governo e na luta democrática e popular. Isso significa ter posições claras a favor de propostas que tragam avanços à sociedade, aos trabalhadores em geral e aos Arquitetos e Urbanistas em especial.

## **5 - A FNA E A CONCEPÇÃO CUTISTA DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

---

5.1 - **REAFIRMAR A CUT** é uma tarefa da nossa Federação – fundadora da CUT - e a exemplo da nossa Central, a democracia interna da FNA deve ser princípio inalienável, que deve estar imbuída na nossa concepção de organização sindical e articulação política. Neste contexto, a estrutura organizacional da FNA teve um avanço qualitativo importante, ao serem criadas Secretarias Executivas que terão atribuições e responsabilidades de formulação e implementação de políticas específicas, de forma a horizontalizar o papel da diretoria enquanto instância executiva, permitindo uma maior capacidade de ação da diretoria executiva e, conseqüentemente, da própria Federação. Resta ressaltar que se foi um avanço a definição de papel específico para as secretarias, o compromisso e a responsabilidade de cada titular nos cargos de direção também passa a ser muito maior, exigindo de cada membro da diretoria uma dedicação mais qualificada à nossa Federação.

5.2 - Há de se prever que a nova estrutura exigirá novas e criativas formas de gestão, racionalizando os custos e tempo gastos com deslocamentos para reuniões de diretoria e maximizando a aplicação destes recursos nas atividades fim das Secretarias Executivas. Para tanto, investir em uma estrutura eficiente de comunicação e conferências *on-line* será fundamental para atingir os objetivos estabelecidos. Não obstante ao fato de que, num primeiro momento, esta estrutura contribui para a redução de custos com deslocamentos para reuniões de diretoria, o custo final tende a crescer em virtude das próprias atribuições das Secretarias, que conferem uma maior descentralização das ações da Diretoria Executiva. Desta forma, a FNA deve dar suporte para concretizar o compromisso com a eficiência na arrecadação da contribuição sindical de todos os Sindicatos filiados ainda neste ano; e ampliar a arrecadação nos Estados em cujos Sindicatos ainda não estejam juridicamente estruturados ou onde ainda não exista uma estratégia diferenciada. Independentemente da condição jurídica dos Sindicatos filiados, nos casos em que a FNA fizer a arrecadação direta, a próxima gestão deve ter o compromisso de repassar para os Sindicatos filiados a parte que lhes couber da arrecadação. Da mesma forma, parte dos recursos arrecadados nos Estados onde existam Delegacias Sindicais deve ser destinada às próprias Delegacias, de forma a dotá-las de recursos próprios para realizar o trabalho político de fundação e estruturação dos Sindicatos nos Estados, além da busca, junto com os Sindicatos filiados, de outras formas de financiamento da estrutura sindical que não a Contribuição Sindical. Associada a estas ações, a FNA deve, desde já, fazer gestões junto à Caixa Econômica Federal – CEF, no sentido de fazer as correções necessárias para que a geração de boletos pelo site da CEF não permita a manipulação dos valores, imputando prejuízos inestimáveis para as Entidades.

5.3 – A construção da nova forma de gestão será um aprendizado e deve ser um compromisso coletivo. Como tarefa primeira, devemos, coletivamente, estabelecer as competências das secretarias na nova estrutura, com a elaboração de um plano de trabalho e definição de políticas de atuação. Neste aspecto, as competências abaixo apresentadas para as Secretarias têm um papel orientativo, para fomentar o debate e amadurecer as propostas que serão aprovadas no próximo ENSA, em Florianópolis, quando será concluído o processo de reforma estatutária em curso. Entretanto, para uma ação mais qualificada e coordenada da FNA e Sindicatos filiados, a realização de um seminário para a discussão de um planejamento estratégico deve ser um compromisso imediato.

### **5.3.1 - Compete à Presidência:**

- a) representar a Federação perante as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, podendo delegar atribuições;
- b) convocar os ENSAs, as Reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria;

- c) convocar e presidir as Reuniões de Diretoria;
- d) assinar a correspondência privativa de seu cargo e com o tesoureiro, os balanços, balancetes, propostas orçamentárias, cheques, saques, contratos, escrituras e demais documentos relativos à gestão financeira patrimonial;
- e) organizar e elaborar juntamente com os demais Diretores, o Relatório anual de atividades a ser apresentado ao ENSA;
- f) admitir e demitir funcionários;
- g) assinar e outorgar prêmios, títulos honoríficos, medalhas e diplomas, sempre aprovados em reunião de Diretoria ou instância superior;
- h) assinar e celebrar Convênios e Contratos com Órgãos Públicos, entidades privadas e instituições financeiras.

#### **5.3.2 - Compete à 1ª Vice-Presidência:**

- a) substituir a Presidência em suas faltas e impedimentos legais;
- b) coordenar e articular as atividades das Diretorias Regionais, zelando pelo cumprimento e implementação das políticas aprovadas pelas instâncias da FNA;
- c) representar a Presidência da FNA.

#### **5.3.3 - Compete à 2ª Vice-Presidência:**

- a) substituir a 1ª Vice-Presidência em suas faltas e impedimentos legais;
- b) assumir a execução das tarefas especiais designadas pela Diretoria Executiva;

#### **5.3.4 - Compete à Secretaria Geral:**

- a) substituir a 2ª Vice-Presidência em suas faltas e impedimentos legais;
- b) coordenar a documentação da FNA e desenvolver as atividades que ficarem acordadas no interior da diretoria da Federação;
- c) desenvolver as atividades designadas pela diretoria executiva;
- d) Coordenar todas as atividades de secretaria das reuniões ordinárias e extraordinárias da diretoria e dos conselhos consultivo e deliberativo da FNA.
- e) coordenar todas as atividades de secretaria dos ENSA's.

#### **5.3.5 - Compete à Secretaria de Finanças:**

- a) substituir a Secretaria Geral em suas faltas e impedimentos legais;
  - b) ter sob sua guarda e responsabilidade os valores pecuniários da Federação;
  - c) providenciar os pagamentos e recebimentos autorizados;
  - d) assinar, com o Presidente, os cheques e demais documentos em que seja necessária a sua assinatura;
  - e) dirigir e fiscalizar os trabalhos de tesouraria;
  - f) apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes e o balanço anual;
  - g) recolher os dinheiros da Federação junto ao Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal;
  - h) controlar as receitas das Rendas Próprias da Federação;
  - i) prestar contas semestralmente, à Diretoria, do arrecadado com as Rendas Próprias;
  - j) apresentar à Diretoria, semestralmente, a relação dos sócios quites com a tesouraria.
- PARÁG. ÚNICO – O Tesoureiro deverá estar domiciliado na mesma região de domicílio do Presidente.

#### **5.3.6 - Compete à Secretaria de Políticas Públicas e Relações Institucionais:**

- a) elaborar e coordenar a política de Relacionamento Institucional da FNA, nos âmbitos nacional e internacional, visando promover o relacionamento e parcerias da FNA com

- órgãos públicos e privados, instituições de ensino e pesquisa, entidades profissionais, organizações e entidades da sociedade civil e movimentos sociais;
- b) elaborar e coordenar políticas de valorização profissional e ampliação do mercado de trabalho dos arquitetos e urbanistas através da realização de eventos, campanhas etc.;
  - c) organizar e coordenar as discussões sobre políticas públicas em geral, especialmente aquelas afetas aos arquitetos e urbanistas (Assistência Técnica, programas de habitação etc.), e organizar agendas comuns com os demais movimentos organizados da sociedade civil;
  - d) coordenar a execução das políticas sociais da FNA e promover o intercâmbio de experiências de interesse da FNA;
  - e) propor assinatura de convênios para o desenvolvimento das atividades das demais Secretarias.

#### **5.3.7 - Compete à Secretaria de Relações do Trabalho:**

- a) elaborar e contribuir com estudos e projetos relacionados às questões referentes ao trabalho dos arquitetos e urbanistas empregados ou autônomos;
- b) coordenar e orientar os Sindicatos filiados nas questões relacionadas ao trabalho dos arquitetos e urbanistas;
- c) representar a FNA e promover negociações coletivas, convenções, acordos contratos coletivos e dissídios no âmbito nacional;
- d) assessorar e acompanhar as negociações coletivas dos Sindicatos filiados e nas demais questões que envolvam relações trabalhistas;
- e) representar a FNA junto às demais Federações de Profissionais Liberais, à CNPL e à CUT Nacional, nos assuntos relacionados à Secretaria;
- f) coordenar a assessoria jurídica da FNA, nas questões relativas à pasta;
- g) propor assinatura de convênios para o desenvolvimento das atividades da Secretaria.

#### **5.3.8 - Compete à Secretaria de Organização e Formação Sindical:**

- a) coordenar a elaboração da política geral de organização e formação sindical;
- b) elaborar e contribuir com estudos e projetos relacionados à organização e formação sindical e encaminhá-los às instâncias da FNA;
- c) representar a FNA junto às demais Federações de Profissionais Liberais, à CNPL e à CUT Nacional, nos assuntos relacionados à Secretaria;
- d) acompanhar e assessorar as Delegacias Sindicais da FNA, visando a criação e organização dos Sindicatos nos Estados;
- e) elaborar propostas e coordenar cursos de formação sindical.
- f) acompanhar e assessorar as atividades dos Sindicatos filiados em assuntos relacionados à organização e formação sindical, inclusive em assuntos relativos à Contribuição Sindical;
- g) coordenar e sistematizar o conjunto das experiências e atividades de organização e formação dos Sindicatos filiados;
- h) propor assinatura de convênios para o desenvolvimento das atividades da Secretaria.

#### **5.3.9 - Compete à Secretaria de Educação, Cultura e Comunicação Sindical:**

- a) elaborar a linha de comunicação da FNA, de acordo com os objetivos expressos neste Estatuto, e coordenar sua implementação em âmbito nacional;
- b) coordenar a divulgação das atividades das demais Secretarias e editar as publicações, o material de imprensa e informativo eletrônico e/ou impresso de interesse dos arquitetos e urbanistas e dos trabalhadores em geral, atuando de forma a integrar as informações das demais diretorias e preservar a memória da FNA;

- c) elaborar e coordenar propostas relacionadas à formação continuada, através da organização de cursos, seminários, oficinas, exposições e demais atividades inerentes à educação e cultura, com caráter formativo e/ou informativo;
- d) manter atualizado o site da FNA e dar suporte para a organização do site dos Sindicatos filiados e Delegacias Sindicais, quando necessário;
- e) estabelecer e organizar a comunicação com os órgãos de imprensa;
- f) propor assinatura de convênios para o desenvolvimento das atividades da Secretaria.

#### **5.3.10 - Compete à Diretoria Regional:**

- a) coordenar as atividades definidas pelas Secretarias Executivas da FNA junto aos Sindicatos filiados da sua região geográfica;
- b) promover o bom relacionamento e a articulação política entre os Sindicatos filiados da sua região geográfica;
- c) representar a FNA na sua região geográfica.

PARÁG. ÚNICO – Serão 6 (seis) Diretores Regionais Titulares e Três Diretores Regionais Suplentes.

#### **5.3.11 - Compete à Suplência da Diretoria:**

- a) substituir os Titulares da Diretoria Executiva em suas faltas e impedimentos legais;

#### **5.3.12 - Conselho Fiscal:**

O Conselho Fiscal da Federação será composto de 3(três) membros titulares e suplentes, no mínimo 1(um) e no máximo 3(três), eleitos juntamente com a Diretoria Executiva.

#### **5.3.13 - Ao Conselho Fiscal compete:**

- a) dar parecer sobre a previsão e suplementação orçamentária da Federação;
- b) opinar sobre as despesas extraordinárias, sobre os balancetes e sobre o balanço anual;
- c) dar parecer sobre o balanço do exercício financeiro e lançar no mesmo seu visto.

PARÁG. ÚNICO – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por semestre ou, extraordinariamente, convocado por dois de seus membros Titulares ou por maioria simples de quaisquer das instâncias deliberativas da FNA.

5.4 – Renovar é preciso. Portanto é necessário estabelecermos políticas para os arquitetos jovens e/ou recém formados e de aproximação com o movimento estudantil dos cursos de arquitetura e urbanismo. Para tanto, a aproximação com a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura (FENEA) será fundamental. Mas esta aproximação apenas terá um caráter mais orgânico, de forma a atrair novos quadros para a luta sindical, se tivermos políticas institucionais voltadas para a construção de parcerias e agendas comuns com este segmento, respeitadas as especificidades e autonomia de cada Entidade. Desta forma, a criação de uma **Secretaria de Inserção Profissional**, voltada para cumprir este objetivo será um passo decisivo para a oxigenação da FNA, cuja criação, definição de atribuições e indicação de Titular da pasta devem estar pautadas para o próximo ENSA. Mas, se renovar é preciso, por outro lado, não podemos prescindir das experiências acumuladas por ex-Presidentes. Com o intuito de trazer estas experiências como contribuição efetiva e orgânica à estrutura da FNA, propomos a criação de um **Conselho Consultivo**, composto por todos os ex-Presidentes da FNA, presidido pela Presidência da FNA e secretariado pela Secretaria Geral da FNA, com caráter consultivo e vinculado à Diretoria Executiva, cuja convocação será de competência da Presidência da FNA. Este Conselho também teria a competência de deliberar sobre a concessão de títulos, comendas, prêmios e outras condecorações concedidas pela FNA.

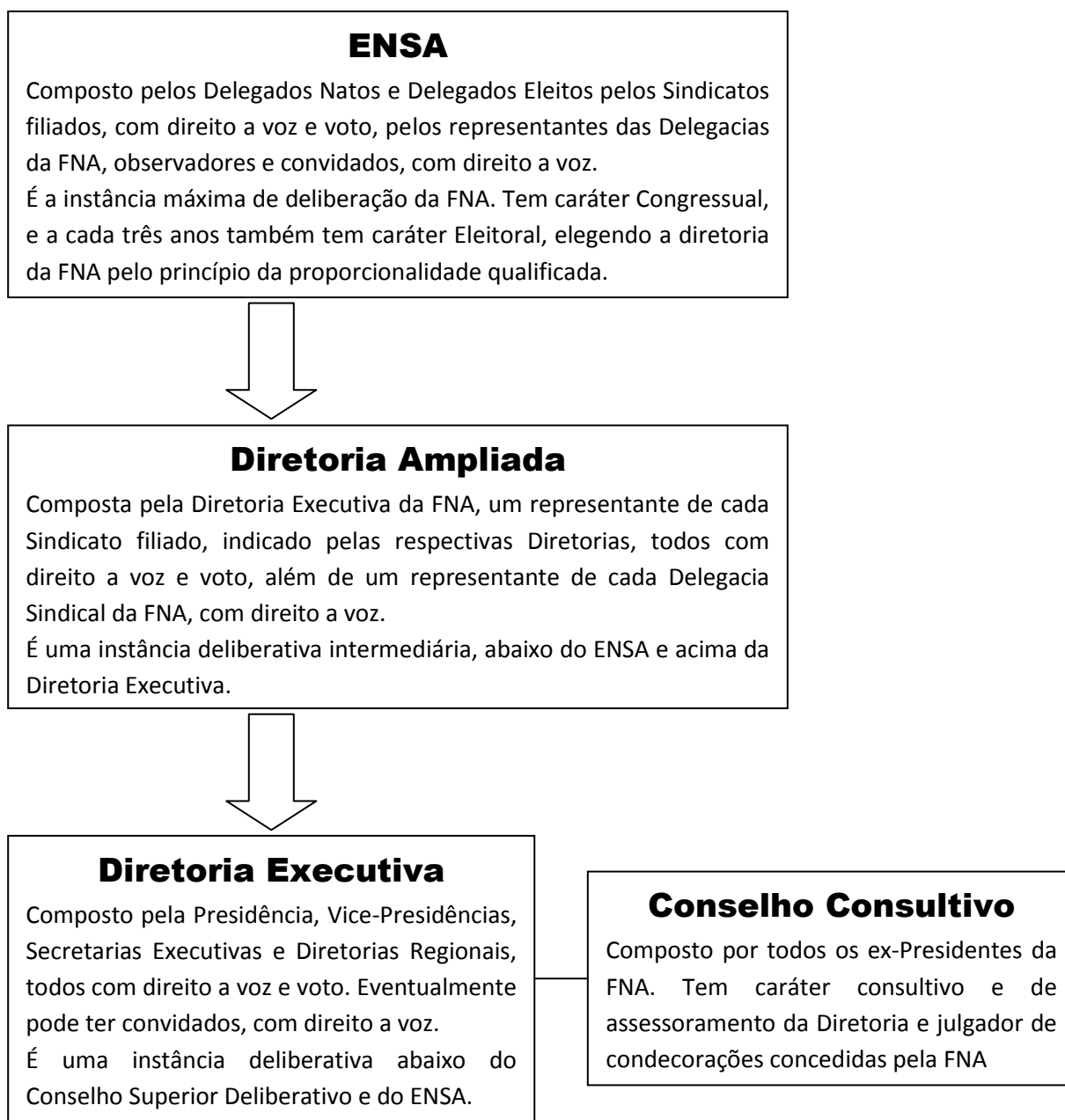
5.5 – As organizações sindicais CUTistas conquistaram avanços significativos em termos de gestão democrática. Como entidade CUTista, a FNA deve garantir no seu estatuto a participação das minorias e atender as questões de gênero e raça. Neste sentido, a reforma estatutária deve prever dentre outras questões que a composição da diretoria deve ser regida pelo princípio CUTista da proporcionalidade qualificada, eleita congressionalmente a cada três anos em ENSA de caráter eleitoral, respeitado o percentual mínimo de gênero. Também deve haver cláusula que exija um percentual mínimo de votos para uma chapa ter direito a participação na diretoria colegiada e, igualmente importante, resguardar estatutariamente a possibilidade de alterações na titularidade das pastas entre os membros da diretoria, desde que aprovada em reunião da diretoria executiva (2/3) ou instância superior (maioria simples). Também é importante definir que a forma de gestão da FNA será feita através de uma diretoria colegiada, cujos diretores têm atribuições específicas e planos de trabalho aprovados na Diretoria Executiva ou em instância superior. Não se trata de esvaziar as prerrogativas da presidência, mas, antes de tudo, de avançar na construção de uma gestão democrática, colegiada e participativa, instituindo instâncias internas de deliberação e regras de funcionamento da Diretoria Executiva, através de um regimento interno a ser aprovado em instância superior;

5.6 - As Entidades filiadas devem ter um papel institucional na estrutura da FNA, compondo um Conselho (Diretoria Ampliada) de caráter deliberativo, como instância superior à Diretoria Executiva da FNA. Este Conselho deve estar previsto no estatuto e deve ser constituído pela diretoria executiva da FNA e por um representante de cada Sindicato filiado, a ser indicado pelas respectivas Diretorias, no qual os representantes das Delegacias Regionais devem ter assento como observadores, com direito a voz. Reunir-se-á, presencialmente ou por meio eletrônico, ordinariamente uma vez por semestre, convocado pela Diretoria Executiva ou extraordinariamente através de convocação da Presidência ou por 1/3 de seus membros. Este Conselho também deverá ser uma instância recursal entre a Diretoria Executiva e o ENSA. O ENSA, ainda que permaneça com este nome por força da tradição, deve ser elevado à qualidade de Congresso Deliberativo e definido como instância máxima de deliberação da FNA e Sindicatos filiados.

5.7 - Ainda no campo da reforma estatutária, o novo estatuto deve estabelecer os princípios que regem as relações entre a FNA e os Sindicatos filiados. Desta forma, o estatuto deve observar a forma de filiação e participação dos Sindicatos na estrutura da FNA, o estímulo à criação de novos sindicatos e o permanente fortalecimento dos sindicatos da base da FNA, bem como direitos e deveres mútuos. Como entidade CUTista, o princípio da solidariedade entre os trabalhadores deve ser observado. Sendo assim, deve ser prevista a criação de contribuição financeira das entidades filiadas à FNA, proporcional à arrecadação, de forma a dotar a Federação de condições efetivas para criar Sindicatos nos Estados onde ainda não existam. Estes recursos devem ter também como meta ajudar a desenvolver atividades nos Sindicatos de Estados onde a quantidade de profissionais é pequena, portanto com menor arrecadação, o que pode ser um caminho para fortalecermos a FNA e os próprios Sindicatos acima referidos.

5.8 – Igualmente importante, será a possibilidade de o titular da Diretoria Executiva poder contar com colaboradores (não remunerados e que não comporão a diretoria executiva) no âmbito das suas atribuições, ampliando a participação dos profissionais no processo de construção permanente da FNA e da nossa própria capacidade de realização das tarefas e compromissos assumidos. Desta forma, propõe-se que o estatuto preveja que cada titular possa indicar até três colaboradores a serem nomeados por portaria da presidência, de forma a garantir a institucionalização destes colaboradores.

5.8 – Desta forma, representamos abaixo a nova estrutura proposta para a FNA:



5.9 – Além dos compromissos já citados nos capítulos anteriores, a nova diretoria da FNA também terá como prioridade as seguintes ações:

- Coordenar as ações ligadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo, na aprovação do PL 4413-2008 e na implantação do CAU em todos os Estados, articulando com as demais entidades do Colégio Brasileiro de Arquitetos e os Sindicatos e Delegacias estaduais, num processo democrático e participativo nacional;
- Auxiliar os sindicatos filiados na organização da cobrança da contribuição sindical 2011;
- Organizar a filiação à CUT de todos os sindicatos filiados da FNA;
- Incentivar/assessorar os sindicatos estaduais para realização de acordos coletivos, convenções, dissídios em nível estadual;
- Coordenar as ações para realização de acordos coletivos, convenções, dissídios em nível nacional, desde que solicitado pelos sindicatos estaduais ou nos estados onde não haja ainda sindicatos;

- Incentivar a criação de sindicatos nos Estados onde os mesmos ainda não existam;
- Auxiliar na legalização dos sindicatos que se encontram em situação irregular;
- Trabalhar em conjunto com os sindicatos estaduais para o estabelecimento de dados estatísticos confiáveis que permitam uma leitura do universo de arquitetos e urbanistas autônomos, e servidores públicos;
- Incentivo ao relacionamento com outros sindicatos, com identificação de demandas comuns;
- Desenvolver ações conjuntas com os sindicatos e outros órgãos para o cumprimento do salário mínimo profissional;
- Lutar junto ao CONFEA/CREAs pela implantação de mecanismos para a criação do acervo técnico dos arquitetos, funcionários públicos em nível federal, estaduais e municipais e na área de docência superior;
- Estruturação de assessoria jurídica da FNA.
- Identificação e permanente divulgação de jurisprudências relativas a decisões da Justiça do Trabalho;
- Estabelecer ações junto ao Ministério Público Federal do Trabalho na defesa dos arquitetos e urbanistas;
- Incentivar o contato entre os sindicatos e instituições de ensino de arquitetura visando a aproximação com os futuros profissionais;
- Incentivar as ações juntos aos poderes executivos federal, estaduais e municipais para apresentação de propostas de trabalho conjunto ou que gerem possibilidades de ampliar o mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas;
- Investir em uma rede de comunicação eficiente entre a FNA e os sindicatos filiados;
- Trabalhar junto à CUT a divulgação dos arquitetos e urbanistas como parceiros dos demais sindicatos, principalmente em relação à Lei 11.888;
- Incentivar a criação de redes de contatos com deputados e vereadores com intenção de fazer proposições de leis que beneficiem o desenvolvimento urbano sustentável e melhores condições de trabalho e vida;
- Estabelecer parceria com o IPHAN em defesa do patrimônio arquitetônico, artístico e cultural e esclarecimento de seu valor junto à população;
- Incentivar a criação de Cooperativas de Arquitetos e Urbanistas em todos os estados, visando ampliar sua participação na implantação da Lei 11.888;
- Buscar parcerias para ações de valorização profissional;
- Organizar os acervos arquivístico e bibliográfico que permanecerem em Brasília e na sede da FNA;
- Produzir uma publicação impressa de natureza historiográfica, pluritemática, a respeito das bandeiras defendidas pela FNA desde os antecedentes de sua fundação até 2010;
- Produzir uma exposição-síntese a respeito da história da FNA e Sindicatos de Arquitetos vinculados, de caráter informativo, impressa em material leve, de fácil montagem a fim de itinerar em espaços públicos de várias cidades;

**Por todo o exposto, é preciso**

---

**CRESCER, POLITIZAR E REAFIRMAR A CUT**  
**Avançando na formação sindical e na gestão democrática da FNA**

---